



Anexo I - CRONOGRAMA DE AUDITORIAS - 2019

Item	Descrição Sumária	Risco/Relevância	Objetivo (s)	Escopo	Período (início/ término)	Equipe
01	<p>Área Auditada: Secretaria de Finanças:</p> <p>Processo anual de Contas: TJMS/FUNJECC</p> <p>Conhecimento Específico: Lei nº 4.320/64, Lei Complementar 101/00</p>	<p>Risco: Inobservância das metas previstas no Plano Plurianual em consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária anual.</p> <p>Relevância: Cumprimento de formalidades, preceitos legais e atingimento do objetivo.</p>	Verificar se a prestação de contas e o relatório de gestão estão em conformidade com os normativos legais e emitir relatório sobre a prestação de contas do PJMS a ser remetido ao TCE/MS	Analisar as informações e documentos que compõem o Processo de Contas anual definido pelo TCE/MS	Fevereiro/ Março	1 servidor
02	<p>Área Auditada: Todas as áreas do PJMS que possuem contratos administrativos sob sua responsabilidade.</p> <p>Conhecimento Específico: Portaria 1.162, de 6 de julho de 2017 que aprovou o Manual de Orientação dos Contratos Administrativos; Lei 8.666/93</p>	<p>Risco: Inobservância das orientações e boas práticas propostas no Manual de Orientação dos Contratos Administrativos que pode acarretar deficiência na fiscalização/gestão contratual.</p> <p>Relevância: Adoção de boas práticas na fiscalização e gestão contratual para o atingimento de melhores resultados na execução dos contratos</p>	Verificar se as orientações e boas práticas constantes do Manual de Orientação dos Contratos Administrativos estão sendo aplicadas na gestão dos contratos administrativos do PJMS.	Analisar os processos de gestão e fiscalização dos contratos administrativos do PJMS	Fevereiro/ Março	3 servidores
03	<p>Área Auditada: Secretaria de Bens e Serviços</p> <p>Gestão da Frota do Poder Judiciário (com ênfase no Contrato 01.007/2017)</p>	<p>Risco – Ausência e/ou deficiência de controles internos administrativos, inobservância dos critérios de gestão estabelecidos no contrato.</p>	Verificar a eficácia dos controles internos administrativos utilizados na gestão da frota do PJMS bem como os controles do contrato com vistas ao	Analisar os procedimentos de gestão e controles internos adotados na gestão da frota do PJMS.	Abril/Maio	2 servidores



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Controle Interno e Auditoria

Item	Descrição Sumária	Risco/Relevância	Objetivo (s)	Escopo	Período (início/término)	Equipe
	Conhecimento Específico: Resolução CNJ nº 83/2009 Lei nº 8.666/93 Contrato 01.007/2017 Termo de Referência, anexo ao Edital do Pregão Eletrônico nº 114/2016	Relevância – Cumprimento da Resolução CNJ nº 83/2009 e adequada gestão contratual para atingimento do seu objetivo.	atingimento de seu objetivo.			
04	Área Auditada: Secretaria de Finanças (Governança orçamentária e financeira, planejamento, gerenciamento, execução e gestão contábil) Coordenada CNJ Conhecimento Específico: CF 88 (arts. 165 a 169, EC 95/2016) Lei Complementar 101/00 Res. CNJ nº 195/2014 e 198/2014	Risco: Inobservância da distribuição do orçamento nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo grau. Baixo percentual de recursos públicos aplicados nos planos estratégicos do tribunal. Inconsistência nas Demonstrações Contábeis e descumprimento a preceitos legais. Relevância: Cumprimento das diretrizes estabelecidas nas resoluções do CNJ.	Análise da adequação orçamentária e financeira aos requisitos estabelecidos nas Res. 195/2014 e 198/2014.	Análise dos demonstrativos da execução orçamentária e financeira e das demonstrações financeiras do tribunal.	Maio/Junho	2 servidores
05	Área Auditada: Secretaria de Gestão de Pessoal Folha de Pagamento dos Servidores do PJMS	Risco: Pagamento indevido de verbas remuneratórias. Relevância: Fornecer razoável garantia quanto à regularidade das	Verificar a regularidade das verbas concedidas aos servidores, em conformidade com a legislação em vigor, verificando a eficiência dos controles internos utilizados	Selecionar amostragens das verbas remuneratórias e auxílios concedidos aos servidores, no exercício de 2018.	Julho/Agosto	3 servidores



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Controle Interno e Auditoria

Item	Descrição Sumária	Risco/Relevância	Objetivo (s)	Escopo	Período (início/término)	Equipe
	Conhecimento Específico: Lei 3.310/2006 (Estatuto dos Servidores do PJMS) Lei 3.687/2009 (Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Quadro de Pessoal do PJMS) Lei Estadual 1.102/1990 (Estatuto dos Servidores do MS) Res. CNJ nº 88/2209 Res. CNJ nº 14/2006	despesas com pessoal.	na elaboração da folha de pagamento.			
06	Área Auditada: Secretaria de Finanças Convênios, Termos de Cooperação e afins Conhecimento Específico: Lei 8.666/1993	Risco: Inobservância a legislação e as boas práticas na formalização de convênios, Termos de Cooperação e outros. Relevância: Formalização adequada de convênios, termos de Cooperação e afins.	Verificar a eficácia dos controles internos administrativos utilizados na formalização adequada de convênios, termos de Cooperação e afins.	Avaliar a conformidade dos procedimentos adotados na formalização de convênios, termos de Cooperação e afins.	Agosto/Setembro	2 servidores
07	Área Auditada: Todas as Secretarias Coordenada CNJ – Gestão Documental Conhecimento Específico: Lei 8.159/91 Lei 12.682/12	Risco: Inobservância da legislação vigente sobre gestão documental. Relevância: Preservação da memória institucional e à comprovação dos direitos	Avaliação da criação, manutenção, utilização e os prazos de conservação dos documentos que são gerados e o encaminhamento final para conservação permanente ou descarte	Avaliação da gestão documental e das rotinas para gerenciamento dos acervos de documentos administrativos e de processos judiciais.	Outubro/Novembro	2 servidores